

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA NA EMEF JOSÉ ÁUREO MONJARDIM.

BARROS, Vinícius Barreto Monteiro, 6º período do curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo – Espírito Santo

LIMA, Marina Fonseca, 8º período do curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo – Espírito Santo

RESUMO

O presente artigo tem como proposta junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) a análise do Patrimônio Cultural e o seu processo de reconhecimento enquanto instrumento de busca identitária dos grupos ignorados pela história oficial e mostrar a importância da Educação Patrimonial para a proteção desses elementos no ensino de História das escolas. Além disso, queremos apresentar por meio de um relato de campo realizado na E.M.E.F. José Áureo Monjardim, os estudos feitos sobre patrimônios materiais e imateriais da cidade de Anchieta-ES tais como a tradição carnavalesca do Bloco do Jaraguá e o sítio histórico Santuário Nacional de São José de Anchieta.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Ensino de História; Jaraguá; Arquitetura Jesuítica; Anchieta – ES.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, o que se entendeu como patrimônio eram objetos ou estruturas arquitetônicas selecionadas e protegidas pelo Estado brasileiro, como forma de educar e transmitir um conhecimento específico para as novas gerações. Isso foi reflexo da política nacional de identidade da Era Vargas, que buscava desvincular a imagem do brasileiro à herança europeia por meio da “criação de espaços de memória, como monumentos, festas cívicas e paradas militares, com a intenção de preservação da memória nacional (CZAP; SILVEIRA; ZACHARIAS, 2011, p. 5247)”

Assim, somente uma única história era contada, com o intento de se construir uma identidade nacional unificada. Ao longo dos anos, movimento sociais foram

relembrando as narrativas excluídas para utilizá-las como instrumento de luta e de identificação (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 162).

Isso resultou em reconhecimento legal, no que a Constituição Federal de 1988 passou a chamar de Patrimônio Cultural e não mais Patrimônio Histórico e Artístico, englobando as histórias “não oficiais” das diversas comunidades brasileiras. Ademais, ampliou o campo de estudo e de ensino do patrimônio, modificando as esferas de análise da Educação Patrimonial, importante ferramenta de influência na proteção de bens culturais.

Entender a relevância da aprendizagem acerca do patrimônio cultural material e imaterial é uma tarefa que poucas escolas se propõem a executar, contudo, a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Áureo Monjardim, conhecida como *JAM*, destaca-se pelo seu trabalho com educação patrimonial local.

Nomeada duas vezes, nos anos de 1988 e 1999 como Escola Referência em Gestão escolar pela UNESCO, o *JAM* desenvolveu no ano de 2002, o projeto Preservando e Interagindo: Patrimônio Histórico, Cultural Natural do Espírito Santo. De caráter interdisciplinar - envolvendo matérias como História, Geografia e Artes - o projeto tem como objetivo central estudar a importância do patrimônio com as turmas do 4º Ciclo I (8º ano). O processo de pesquisa com os alunos envolve aulas de campo e no ano de 2016 foi realizada uma visita técnica à cidade de Anchieta para o estudo dos patrimônios históricos materiais e imateriais do local, objetos de análise deste artigo.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O final do século XX foi um momento importante para a ampliação da noção de patrimônio histórico e cultural no Brasil. Várias conquistas foram alcançadas como reflexo da luta dos diversos grupos sociais pela afirmação de sua identidade.

O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves (2003, p. 25), discute sobre o que seria a palavra “patrimônio” em sua essência. Segundo ele, o termo é utilizado em nosso cotidiano com certa frequência, pois podemos nos referir a patrimônios financeiros e imobiliários, como pertencentes a uma empresa, a uma família ou a patrimônios culturais, artísticos e arquitetônicos.

Gonçalves (2003) explana que não podemos resumir o patrimônio em “colecionamento”, apesar de este estar associado ao processo de sua formação, pois diversos objetos foram colecionados e expostos por determinados grupos de destaque social para representa-los, confundindo a ideia de patrimônio com a de propriedade.

É importante ressaltar que a memória é um componente importante para a definição de patrimônio, já que segundo o historiador Ricardo de Aguiar Pacheco (2010, p. 144), ela é um elemento extremamente simbólico para a unificação dos diferentes grupos sociais. Existem dois tipos de memória, a memória individual, aquela que traz elementos materiais ou simbólicos ausentes, e a memória coletiva, elemento construtor de identidade social.

Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que,

o conjunto de objetos culturais, materiais e imateriais herdados pelos contemporâneos somente passa a constituir o patrimônio histórico das comunidades quando é reconhecido como tal pelo sujeito que o incorpora à sua experiência (PACHECO, 2010, p. 145).

Cada objeto e cada símbolo considerado patrimônio passa a ser ressignificado e utilizado como instrumento que evoca um passado, um conjunto de memórias e valores atribuídos ao objeto.

Tal ressignificação é explicada pelos estudiosos da área de História e Educação, Júnia Sales Pereira e Ricardo Oriá (2012) que discutem sobre as transformações culturais que foram modificando as concepções de educação e patrimônio. Os autores afirmam que os usos do patrimônio numa dimensão educativa tiveram sua formulação na modernidade após a Revolução Francesa, como maneira de se manter preservado aquilo que se quis apagar do passado. Além disso,

Preservar o patrimônio histórico da nação constitui, antes de tudo, uma missão educativa, pois o que se pretende com essa ação é levar ao conhecimento das gerações futuras o passado nacional com o objetivo de fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento dos cidadãos. Em última instância é a herança cultural das gerações passadas que se lega à posteridade e isso nada mais é do que, em sentido mais amplo, promover a educação (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 163).

Portanto, defender o patrimônio histórico nacional era preservar os bens culturais que estivessem associados ao processo de educação das gerações futuras, sendo possível observar que, tais patrimônios se destacam pelo seu caráter elitista e heroicizado. Isso ocorreu como reflexo da criação do Serviço do Patrimônio Artístico

Nacional (SPHAN) pela Lei nº 378, em 3 de janeiro de 1937, o qual foi considerado marco fundador da estatização da cultura no país, (SILVEIRA; BONATO, p.3).

Entende-se que por muitos anos, a preservação do Patrimônio Histórico Brasileiro ficou sob o domínio do poder público, responsável por determinar o que deveria ou não ser preservado, lembrado ou esquecido, levando a exclusão e exaltação de ícones da história representativos de grupos de interesse (PEREIRA; ORIÁ, 2012 p.167).

O SPHAN inaugura então, a prática do tombamento aliada à monumentalidade. Em outras palavras, a formação do Estado Nacional perpassa a construção de uma história oficial da nação pautada pela ideia de uma identidade nacional capaz de consolidar “espaços de memória” através de monumentos e documentos, no sentido de orientar os currículos escolares, as festas públicas de caráter cívico, as paradas militares e estudantis, a mídia, as músicas..., contribuindo para a perpetuação da memória nacional.

Contudo, o fortalecimento dos movimentos sociais populares nos anos de 1980, como o de negros, mulheres, indígenas, entre outros, houve uma recuperação de memórias como ferramenta de luta e de afirmação de identidade, visto que:

[...] diferentes grupos sociais passam a materializar suas memórias através da construção de “lugares de memória como os monumentos, os museus e memoriais”. Os objetos que eles guardam são alegorias do passado que se deseja lembrar. Isso significa que eles não são o próprio passado, mas objetos culturais selecionados e ordenados para produzir um discurso sobre o passado que atenda as demandas da comunidade de evocar o seu passado (PACHECO, 2010, p.146).

Desse modo, a Educação Patrimonial tirou o seu foco da personificação e do heroísmo, para se tornar um instrumento de valorização das diversidades presentes nas diferentes individualidades e comunidades brasileiras, passando a ser inserida numa conjuntura de luta pela preservação. Tais “ações educativas, voltadas para a preservação do patrimônio e desenvolvidas pela sociedade, aparecem como iniciativas de grupos que [...] entendem ser seu papel ou que resolvem ocupar o vazio deixado pela ausência da ação efetiva do Estado” (CASCO, 2015, p. 1).

Ao final dos anos 2000, a Constituição Federal adotou uma nova conceituação, substituindo “Patrimônio Histórico e Artístico” por “Patrimônio Cultural” em seu artigo 216¹, reconhecendo a partir de então os bens imateriais como parte do patrimônio que

¹ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...].

deve ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 165).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)² destaca em seu site oficial uma breve, mas significativa definição do que seria “patrimônio imaterial”, também citando as alterações na Carta:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215³ e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. [...]. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN).

E o que seria o “patrimônio material”:

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. [...] A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material como edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN).

É interessante observar a pluralidade das características dos patrimônios. Isso garante um reconhecimento da amplitude da diversidade social e sua herança que passam a ser protegida legalmente pela Constituição.

A pesquisadora Leticia C. R. Vianna (2004) trabalha o conceito de patrimônio cultural e afirma que os artigos 215 e 216 da Carta foram uma forma de corrigir a distorção e formalizar a imaterialidade dos bens culturais. Tal conceito passa a abarcar além das obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas - que se encaixam na definição de

² O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras (IPHAN).

³ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

patrimônio material - também manifestações de natureza imaterial como as visões de mundo, memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas e experiências diversas. (VIANNA, 2004, p. 76).

A pesquisadora destaca a problemática que foi o reconhecimento da imaterialidade cultural que esteve por muitos anos invisibilizada. Pessoas de movimentos sociais ligados ao Estado buscaram a regulamentação das políticas de proteção ao patrimônio imaterial e graças a eles foi aprovado o “Decreto 3.551 de 4/8/00, *para corrigir a distorção, e formalizar a imaterialidade dos bens culturais*” (VIANNA, 2004, p. 76).

Ana Carmen A. J. Casco (2015) ressalta que há uma importante conexão entre educação, preservação do patrimônio e a memória, mas que tais elementos vão variar de acordo com o território, com os aspectos políticos e socioeconômicos de cada localidade, modificando assim, os interesses e as ações educativas de preservação dos patrimônios. A educação patrimonial contribui para o desenvolvimento da cidadania e do respeito, pois ensina a valorizar o passado e ajuda na “formação de uma sociedade mais sensível e apta a construir um futuro menos predatório, menos descartável, menos submetido à lógica econômica de um mercado voltado para jovens, seus hábitos e seus gostos” (CASCO, 2015, p. 3).

O decreto 3.551 de 4/08/00 determinou que o Conselho Consultivo do IPHAN registrasse em livros como: Livro dos Lugares, Livro das Formas de Expressão e Livro das Celebrações para sistematizar os métodos de identificação, documentação e reconhecimento dos bens patrimoniais culturais brasileiros, estando tais registros e inventários à disposição do Estado e da sociedade (VIANNA, 2004, p. 77).

O objetivo é que os inventários e registros proporcionem ampla base de dados no sentido de orientar as políticas públicas de preservação cultural e regulamentação de direitos para as comunidades criadoras dos bens culturais em questão. Pois entende-se que, dada a natureza imaterial do bem cultural, ele só se conservará, efetivamente, se vivido por pessoas em condições, ou seja, com garantias e interesses de vivenciá-lo de modo dinâmico e criativo (VIANNA, 2004, p. 77).

Com isso, tais documentações servem de estímulo para sociedade como um todo, e principalmente para escolas como a EMEF José Áureo Monjardim, que já tem uma

política de Educação Patrimonial, podendo também contribuir enviando demandas e apoiando as políticas de reconhecimento, valorização e apoio ao multiculturalismo.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EMEF JOSÉ ÁUREO MONJARDIM

A boa gestão escolar, parte indispensável do efetivo funcionamento de qualquer instituição de educação, na EMEF José Áureo Monjardim possui um histórico de trabalho e reconhecimento desde o final da década de 1980.

Sobre esse destaque do *JAM*, o blog *Amo Muito Fradinhos*, mantido pela prefeitura de Vitória, nos informa que:

[...] em 1988, com várias ações desenvolvidas, contando sempre com muita força de vontade, profissionalismo e dedicação, a escola foi agraciada com a premiação de Escola Referência nacional em Gestão Escolar, prêmio concedido pela UNESCO, CONSED e UNDIME. Em 1999, a Escola José Áureo Monjardim foi, pela segunda vez, premiada pela UNESCO, CONSED e UNDIME como a Escola Referência nacional em Gestão Escolar, prêmio recebido nos Estados Unidos.

Partindo então do fato de que trata-se de uma escola - a despeito de todas as dificuldades do serviço público - comprometida com o investimento na formação de cidadãos críticos, no ano de 2002 teve início o projeto interdisciplinar denominado *Preservando e Interagindo: Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Espírito Santo* com o objetivo de oportunizar aos estudantes o contato com ambientes históricos, culturais e naturais do território capixaba.

Dentro da seara do aprendizado ligado à disciplina História, compreendemos esse projeto de educação patrimonial como uma tentativa de resgate da memória de parte do passado local e uma rica contribuição para a formação de sujeitos históricos por meio de uma metodologia que entende a sala de aula como apenas um dos múltiplos espaços de saber, propiciando assim a realização da prática docente para além do espaço escolar com um retorno muito produtivo dos alunos em termos intelectuais e emocionais.

Para a professora Circe Maria Fernandes Bittencourt, a relevância do patrimônio histórico material e imaterial associado ao ensino da disciplina nas escolas se dá através do:

[...] compromisso do setor educacional articulado a uma *educação patrimonial* para as atuais e futuras gerações, centrada no pluralismo cultural. Educação que não visa apenas evocar fatos históricos “notáveis”, de consagração de determinados valores de setores privilegiados, mas também concorrer para a rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional. A preservação do patrimônio histórico-cultural deve pautar-se pelo compromisso de contribuir com a *identidade cultural* dos diversos grupos que formam a sociedade nacional. O compromisso educacional orienta-se por objetivos associados à pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas e deve estar inserido no currículo real em todos os níveis de ensino. (BITTENCOURT, 2009, p. 278)

Dada essa importância, vale destacar que no decorrer desses quinze anos, foram realizadas pelo JAM muitas visitas técnicas para os mais diversos lugares do Estado, tais como: Santa Teresa, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, em 2003; Muqui, em 2004; São Mateus em 2006, São Pedro do Itabapoana, em 2007; Conceição da Barra, em 2009 e Vila Velha, em 2012, para citar apenas alguns exemplos.

O ano de 2016, recorte temporal analisado neste trabalho, foi marcado pela realização do estudo, exposição em mostra cultural e visita técnica a alguns exemplos de patrimônio histórico material e imaterial do município de Anchieta, localizado no sul do Espírito Santo a cerca de 80 quilômetros da capital Vitória.

RELATO DE CASO: A VISITA TÉCNICA AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL E IMATERIAL DE ANCHIETA-ES

Algumas semanas antes da visita ao município de Anchieta foram realizadas pesquisas e aulas com 4º Ciclo I (8º ano) sobre o campo que seria em breve visitado, objetivando a prévia assimilação teórica dos estudantes a respeito da relevância histórica do patrimônio anchietense.

Sob a coordenação da professora de História do JAM, Mônica Cardoso de Lima e monitoramento dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), no dia 22 de outubro de 2016 deu-se a visita técnica que foi dividida em dois momentos distintos durante a parte da manhã e da tarde.

Durante a manhã, os alunos, em pequenos grupos de três ou quatro integrantes, coletaram informações - sobre o Jaraguá e os sítios históricos locais - de moradores de forma aleatória no centro da cidade, através de pequenas entrevistas nas quais as

pessoas abordadas respondiam se conheciam e o que pensavam a respeito dos patrimônios daquela região.

O resultado do posterior levantamento de dados a partir das respostas dos entrevistados mostrou-se muito significativo, visto que os discentes perceberam e discutiram os diversos meios de apreensão da memória histórica por parte da população local.

Ainda que a utilização do método de História Oral tenha ocorrido de maneira incipiente, entendemos o grande valor do recurso utilizado, pois, como afirma Paul Thompson, uma das maiores autoridades do assunto no mundo:

[...] A história oral é um método de investigação do passado que tem como natureza a criação, a cooperação, o diálogo e o debate. O trabalho de campo em história oral propicia o ingresso na vida de outras pessoas e com isso cria uma experiência humanizada profunda e comovente. Ela estimula o trabalho coletivo, fomenta e estreita as relações entre as pessoas de uma comunidade, fazendo com que olhem para dentro e percebam que a comunidade carrega uma história multifacetada de trabalho, vida familiar e de relações sociais. (THOMPSON, 1992, p. 217)

A segunda parte da aula de campo adveio com a visita ao Santuário Nacional São José de Anchieta. O sítio histórico capixaba deu aos estudantes a oportunidade de se cercarem de um conjunto arquitetônico que começou a ser construído em meados do século XVI, despertando neles inquietações marcadas pelas perguntas interessadas e curiosas feitas durante o percurso, que teve início com uma breve palestra no interior da igreja Nossa Senhora da Assunção⁴ seguido da visita às ruínas arqueológicas no pátio interno do santuário e encerrando-se no espaço museológico do local.

Sobre o patrimônio histórico material do Santuário Nacional de São José de Anchieta, vale lembra que:

[...] Desde a expulsão dos jesuítas, foram muitas obras feitas, tanto na Igreja, como na antiga residência jesuítica, modificando a construção original de dois e três pisos, incluindo o derrube das paredes internas da residência para ampliação do cemitério, que a partir de 1861 passou a funcionar na área da quadra. Foi tombada pelo IPHAN em 1943 (Prefeitura de Anchieta, 2015).

Por entendermos a educação patrimonial como uma ferramenta de aprendizagem histórico-cultural que orienta o educando no sentido da leitura e apreciação do mundo que o rodeia, concordamos com a posição da doutora em História Social, Circe

⁴ Imagens I e II, em anexo.

Bittencourt, que nos alerta em sua obra *Ensino de História: Fundamentos e Métodos* sobre o valor da escolha diversificada e criteriosa acerca do tipo de patrimônio trabalhado nas aulas de História, pois:

[...] Ao limitar o estudo a espaços considerados “monumentos históricos”, tombados pelo patrimônio histórico, pode-se conduzir os alunos a equívocos sobre a própria concepção de história e sedimentar a ideia de que a memória histórica deve ater-se apenas a determinadas esferas de poder. Normalmente os monumentos históricos são marcos de pessoas poderosas ou do poder oficial e, portanto, esses poderiam ser vistos como os construtores exclusivos da memória histórica. (BITTENCOURT, 2009, p. 279)

Dentro dessa perspectiva, houve o cuidado de se trabalhar com os estudantes conceitos tanto da história oficial dos colonizadores - através da visita ao sítio histórico - quanto da transculturação promovida pelo cristianismo, através do conhecimento do Jaraguá, “o bicho que pega”, elemento da cultura imaterial do município, que segundo conta a tradição, teria origem em uma estória dos padres da Companhia de Jesus, na qual haveria um monstro encarregado de pegar os nativos que porventura decidissem fugir das aldeias jesuíticas durante os três primeiros séculos de colonização.

Em entrevista, Dona Mulata, moradora de Anchieta, nos conta em forma de cantiga⁵, o que seria a figura do Jaraguá “corpo de gente, cabeça de animal”. Ou seja, uma figura mística, que fazia parte da crença dos nativos da região. Tal ser era temido pelos indígenas e foi utilizada pelos Jesuítas ali instalados, como forma de dominação, garantindo uma catequização mais eficiente.

Também em entrevista, o representante oficial do Bloco do Jaraguá, o senhor José Luiz Carvalho Dollingêr, mais conhecido como “Zé Luiz”, conta a história e origem do animal:

A palavra “Jaraguá” em tupi-guarani significa “o bicho que pega”. Seria uma figura produzida pelos jesuítas na época, com o intuito de agrupamento dos índios, para o ensinamento da catequese e a arte da agricultura. Então os jesuítas usavam isso para dificultar a guerra entre as tribos. Por exemplo, “você não vai guerrear com tal tribo, porque no caminho existe o Jaraguá”. “Você não vai pescar, você não vai a tal festa, porque no caminho existe no Jaraguá”. Como eles sempre foram e são pagãos, acreditam em tudo, eles não iam e se mantinham agrupados (Mostra Audiovisuais. O Jaraguá, 2011).

⁵ Lá vem lá vem, lá vem o Jaraguá, corpo de gente, cabeça de “animá”.

Dada a colheita de material e produtividade da visita técnica, o patrimônio histórico de Anchieta também fez parte da Mostra Cultural da escola, realizada uma semana depois da viagem.

MOSTRA CULTURAL: O JARAGUÁ E A ARQUITETURA JESUÍTICA.

Anualmente, a EMEF José Áureo Monjardim promove uma Mostra Cultural, evento que aspira reunir todas as disciplinas com produções culturais e exposição para alunos e convidados. No ano de 2016, a Mostra ocorreu nos dias 26 e 27 de outubro e como já referido aqui, o que norteou a área de História foi o patrimônio material e imaterial de Anchieta.

A preparação para o evento ocorreu por meio da revelação e exposição de fotos da visita técnica em um mural, realização de oficinas com os estudantes do 4º Ciclo I para a confecção de máscaras inspiradas no Jaraguá⁶, além de pinturas e desenhos de elementos da arquitetura jesuítica. O material utilizado para a confecção das máscaras foram garrafas PET, tinta, cola, barbante e papel crepom, resultando num trabalho muito bem feito com excelente impacto visual.

Para os dias da exposição, a sala de História do JAM foi completamente transformada através de uma decoração interativa e lúdica, de modo que os visitantes ao entrarem em grupos no recinto se deparavam com dois alunos explicando a temática do trabalho para em seguida apresentar um vídeo sobre os principais aspectos do patrimônio histórico imaterial do Jaraguá. Feito isso, ao fim da exibição, outros cinco estudantes, fantasiados do “bicho que pega” saíam de trás de um armário e ‘perseguiam’ os convidados, reproduzindo assim a divertida tradição do carnaval local do município de Anchieta.⁷

A Mostra gerou resultados bastante satisfatórios, pois além de ter auxiliado na aprendizagem histórica, pôde demonstrar o valor da educação patrimonial através de um processo que envolveu liberdade criativa, disciplina e entretenimento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁶ Imagem III, em anexo.

⁷ Imagens IV e V, em anexo.

Por meio da análise da educação patrimonial e sua relação com o ensino de História compreendemos a importância do trabalho nas escolas com projetos que desenvolvam a valorização e reconhecimento da memória local, imprescindível para o enriquecimento individual e coletivo dos discentes.

No estudo de caso, a percepção de que os alunos da EMEF José Áureo Monjardim assimilaram bem a proposta do projeto se deu através da própria maneira com que os estudantes se mostraram dispostos e ativos na organização da Mostra Cultural.

Além de discutir sobre os conceitos de patrimônio cultural no âmbito escolar, este artigo partiu da premissa de servir como relato de uma experiência concreta de aprendizagem dentro de um campo de pesquisa. Por meio das reflexões por ele provocadas entendemos a necessidade de também enfatizar o quanto a educação patrimonial necessita ser apropriada por um maior número de profissionais da educação, tornando a relação da História e das demais disciplinas mais atrativa e preenchida de sentido tanto para educadores quanto para educandos.

Portanto, urge tornar essas práticas - ditas “alternativas” - de se ensinar e aprender História parte essencial dos planos curriculares da disciplina, visto a efetividade de seu método na aceleração do processo de formação e desenvolvimento do sujeito enquanto cidadão crítico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS; Mário. **Memória e Patrimônio**: Ensaio Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: Fundamentos e Métodos. Editora Cortez: São Paulo, 2009.

CASCO, Ana Carmen Amorin Jara. Sociedade e Educação patrimonial. **IPHAN**, 2015. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (Brasil). Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília -DF, 2016

CZAP, Ana Lygia; SILVEIRA, Maria Helena Pupo; ZACHARIAS, Mariana Rocha. **Educação Patrimonial**: Experiência Com Alunos Do Colégio Estadual Do Paraná, 2011.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museus e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2010.

PEREIRA, Júnia Sales; ORIÁ, Ricardo. Desafios teórico-metodológico da relação Educação e Patrimônio. **Resgate**. 2012.

PRESTES, Gabriela Alvarenga. Cultura popular e gestão municipal: o caso do(a) Jaraguá-cabeça-de-cavalo em Anchieta, Espírito Santo. **Revista de Antropologia e Arte**. 2012

SILVEIRA, Luciana de Almeida; BONATO, Nailda Marinho da Costa. Educação e Cidade: o papel da escola na preservação do patrimônio cultural. **Identidades**. 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

VIANNA, Letícia C. R. Legislação e Preservação do Patrimônio Imaterial: perspectivas, experiências e desafios para a salvaguarda das culturas populares. **Cultura e Arte Populares**. Vol. 1, 2004

Fradinhos: Pulmão de Vitória. In: **Blog Amo Muito Fradinhos**. Disponível em: <<http://amomuitofradinhos.blogspot.com.br/2008/08/histrias-de-fradinhos.html>> Acesso em: 29 julho 2017.

PATRIMÔNIO cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>> Acesso em: 27 julho 2017

Mostra Audiovisuais. **O Jaraguá**. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IGYkfpEiUuk>>. Acesso em: 29 julho 2017

O SANTUÁRIO. Prefeitura de Anchieta. 2015. Disponível em: <http://www.anchieta.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/o-santuario/40673>. Acesso em: 30 julho 2017.

SILVEIRO, Fernando. **Patrimônio Cultural**: para reconhecer e valorizar. 2015. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/fundamental-2/para-reconhecer-e-valorizar/>. Acesso em: 21 agosto 2017.

XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale; XAVIER, Atônio Roberto; RODRIGUES, Rui Martinho. **Direito à educação Patrimonial**. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19061&revista_caderno=27>. Acessado em: 21 agosto 2017.

ANEXOS



Imagem I: Palestra no interior da Igreja Nossa Senhora de Assunção. Anchieta-ES



Imagem II: Estudantes, professoras e pibidianos na entrada do Santuário Nacional São José de Anchieta.



Imagem III: Confecção de máscaras de Jaraguá para a Mostra Cultural



Imagem IV: Estudantes do 4º Ciclo I representando o Jaraguá para crianças visitantes.



Imagem V: crianças visitantes se divertindo com a fantasia de Jaraguá.